

Redução do arrocho

O governo dá sinais claros de que está, de fato, determinado a soltar, ainda que gradualmente, as amarras da economia. O decreto do presidente Fernando Henrique que reduz para zero a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para operações de crédito de pequenas empresas é mais uma evidência.

Não é a única. Anuncia-se, para a reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional, a adoção de novos mecanismos que afrouxem o controle do consumo. Um deles: o aumento do prazo dos consórcios para carros de passeio, que poderá passar dos atuais seis meses para dois anos. Outro: aumento do prazo dos empréstimos bancários de três para cinco meses.

Semana passada, o governo já reduzira o aperto sobre os bancos, diminuindo alíquotas de diversos empréstimos compulsórios, referentes a recolhimentos que os bancos fazem ao Banco Central quando recebem depósitos.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, assegura que a tendência distensionista prosseguirá nos próximos dias, o que tranqüiliza os agentes econômicos. A grita de que o país está em recessão expressa compreensível exaustão com o arrocho ao crédito, embora não reflita com rigor a realidade.

Reflete, sim, a decadência de um modelo industrial, cujo ícone maior é o complexo da indústria automobilística do ABC paulista. Houve tempo em que ali eram decididos os destinos da política econômica e social do país.

Hoje, com as reformas em curso e a abertura alcançada pela economia brasileira — embora ainda tímida para os padrões inicialmente projetados —, a diversidade é bem maior e já não comporta o monitoramento da economia em função dos interesses de um único setor. No caso, a indústria automobilística.

É dela que partem os protestos maiores contra o contencionismo da política econômica. É fácil entender. Essa indústria está com estoques encalhados e quer desová-los no mercado. Muito compreensível. Só que o país é mais amplo, complexo e diversificado e nem sempre seus objetivos são os daquela indústria.

Sabe-se que o governo apertou os mecanismos de consumo da economia. Gerou o desaquecimento que pretendia para deter a espiral inflacionária. Gerou, com isso, efeitos colaterais, cujas conseqüências começam a preocupar. O desemprego na indústria, sobretudo a paulista, alcançou números expressivos, que superam as marcas dos dois últimos anos.

A pressão pelo afrouxamento tem sido implacável. Mas não se chegou ao que tecnicamente se diagnostica como recessão. Ela se instala, segundo os técnicos, após a repetição sistemática de quedas de performance econômica, ainda não registradas. O governo cede agora aos primeiros e ainda debéis sintomas da doença — e exatamente para evitá-la. Felizmente.